

*Mas pode tomar um bom banho***Inventário participativo de referências culturais do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal no Centro Histórico de Belém do Pará.**

Identificação/Delimitação

Optamos por delimitar o território a partir do entorno do complexo paisagístico Feliz Lusitânia, compreendendo o Beco do Carmo e o Mercado do Sal. A área concentra maior comunicação entre os espaços patrimonializados do Centro Histórico de Belém e os espaços e sujeitos invisibilizados pelas políticas públicas de gentrificação; apresenta significativo fluxo de trânsito, que permite mobilidade centro-periferia aos moradores e trabalhadores desta área; o recorte definido é capaz de representar uma amostra da área de entorno do Centro Histórico de Belém. A importância de delimitar o território a partir da área de entorno surge ao perceber setores de grupos sociais em situação de vulnerabilidade e invisibilização social em relação aos demais setores da área tombada. Diante da oportunidade de incorporar esses grupos sociais aos debates pertinentes às políticas públicas patrimoniais, aos estudos culturais e às práticas de gestão do território, busca-se construir uma base teórica do território delineado.

Problemática central

O Centro Histórico de Belém é marcado por processos de requalificação urbana desde o final da década de 1990. De acordo com Amaral (2005), tais processos estiveram alinhadas com políticas de patrimonialização, a exemplo da implantação do Projeto Feliz Lusitânia, que consistiu na requalificação do primeiro núcleo urbano de Belém tombado pelo IPHAN desde 1964, como Complexo Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão. O projeto revitalizou várias edificações tombadas e inseriu uma série de serviços culturais, de lazer e consumo junto a esses bens, a fim de promover a dinamização do turismo e o entretenimento local (Amaral, 2005).

Entretanto, Trindade (2018) aponta que há uma particularidade no Centro Histórico de Belém, pois os projetos urbanísticos não desencadearam um processo de gentrificação imobiliária, mas sim, um processo de gentrificação do consumo (Van Criekingen, 2006). Dessa forma, o autor ressalta que tais serviços (cafés, restaurantes, museus, galeria, etc) promoveram a inserção de novos usos e agentes ligados às classes dominantes,

em detrimento dos usos e agentes populares locais (pequenos portos e o tráfego das populações ribeirinhas; a comunidade assentada em aglomerados subnormais; moradores antigos, etc.).

O Centro Histórico de Belém é recortado por 6 áreas patrimonializadas e diversos bens culturais tombados pelo IPHAN. Desde a década de 1980, essas áreas sofreram várias intervenções urbanísticas como planejamento estratégico de requalificação do Centro Histórico de Belém para impulsionar o turismo na cidade. Intensificação das desigualdades socioespaciais, negando as vivências cotidianas e invisibilizando as populações locais na medida em que não foram integradas às políticas de requalificação (Trindade, 2013).

Trata-se de uma dialética que se faz presente entre a “geografia das renovações”, projetada na nova memória urbana, e a “geografia das decadências”, relegada a uma condição de esquecimento em relação a determinadas formas e conteúdos que definem a vida cotidiana da cidade de Belém, que passam a ser considerados (decretados) mortos ou indesejáveis (Trindade, 2013).

Diante do exposto, percebe-se que as políticas patrimoniais e de intervenção urbana implementadas no Centro histórico de Belém estão pautadas numa lógica de apropriação do patrimônio mediada por relações de troca dos objetos patrimonializados, que promovem um processo de invisibilização dos objetos e práticas sociais e culturais que dão sentido à vida dos sujeitos que vivem e fazem o cotidiano do Centro. Tal processo ignora e desconsidera o papel desses sujeitos como protagonistas do patrimônio como um processo social em andamento.

Nesse sentido, se apresenta algumas questões:

- Quais são as referências culturais dos habitantes do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal no Centro Histórico de Belém do Pará?
- Quem são os habitantes historicamente invisibilizados pelas políticas patrimoniais e de requalificação no Centro Histórico de Belém?
- Como visibilizar as referências culturais do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal como parte do acervo cultural do Centro Histórico de Belém?
- Como empoderar os sujeitos locais enquanto protagonistas da preservação do patrimônio cultural presente no Beco do Carmo e no Mercado do Porto do Sal?

Discutir a visibilidade dos sujeitos e grupos historicamente preteridos nas políticas públicas relacionadas à preservação patrimonial e ordenamento urbano territorial nesta

área da cidade de Belém. Conforme Gomes (2013) a própria disposição espacial colabora para definir que sujeitos, práticas e lugares alcançam maior ou menor visibilidade no espaço público e, portanto, compreender os chamados “regimes de visibilidades” implicados nas políticas que moldam o centro histórico de Belém é essencial para entender também aquilo que tem fugido a este olhar.

Nesse sentido, optou-se por trabalhar com o grupo de moradores/as e trabalhadores/as dessa região do Centro Histórico de Belém que compreende o Beco do Carmo e o Mercado do Sal. Tal área encerra um “enclave” às políticas de refuncionalização urbana que, em grande medida, remodelam os usos do espaço à revelia daqueles que habitam o espaço. Entendendo que o foco se dará sobre os que de fato habitam e construíram laços de pertencimento com essa região da cidade.

Tal escolha considera a necessidade de acessar o olhar local sobre o patrimônio e o objetivo de identificar referências culturais a serem apontadas pelos grupos de moradores/as e trabalhadores/as envolvidos na área a ser inventariada, considerando-os como habitantes, nos termos apresentados por Ulpiano Bezerra de Menezes (2012), que seriam aqueles que mantêm relações existenciais e de duração contínua com o sítio.

Cabe ressaltar que este projeto partirá de pesquisas similares sobre patrimônio desenvolvidas anteriormente no mesmo bairro, como o “Mapa do Afeto” (realizado pelo Projeto Circular Campina Cidade Velha, em 2019) que já apontou alguns lugares de referência na Cidade Velha, tais como Porto Palmeiraço, Mercado do Sal, Beco do Carmo, Sede Náutica do Clube do Remo, Sede Náutica do Paysandu, Colégio e Praça do Carmo, Bar do Salomão etc. E realizou entrevistas com moradores antigos os quais pretende-se incluir como sujeitos da pesquisa e assim expandir este grupo a fim de localizarmos outros lugares e práticas significativas aos sujeitos envolvidos no bairro. Outros trabalhos desenvolvidos no bairro e pesquisas acadêmicas serão ativados na elaboração deste projeto.

Objetivo

Geral:

Identificar as referências culturais do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal invisibilizadas pelas políticas patrimoniais e de requalificação urbana no Centro

Histórico de Belém.

Específicos:

- Identificar quem são os habitantes historicamente invisibilizados pelas políticas patrimoniais e de requalificação no Centro Histórico de Belém.
- Visibilizar as referências culturais do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal como parte do acervo cultural do Centro Histórico de Belém.
- Empoderar os sujeitos locais enquanto protagonistas da preservação do patrimônio cultural presente no Beco do Carmo e no Mercado do Porto do Sal.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como ferramenta de produção de conhecimento sobre patrimônio e referências culturais, o inventário é entendido como uma estratégia de identificação dos lugares, celebrações e formas de expressão constituintes do Centro Histórico de Belém e que por muito tempo foram negligenciados por serem espaços de sujeitos historicamente invisibilizados. Para conferir base teórica aos desdobramentos deste projeto, elencados abaixo conceitos-chave à compreensão de realidade do recorte espacial definido como território do inventário.

TURISTIFICAÇÃO e GENTRIFICAÇÃO

Esse processo também pode estar relacionado ao fenômeno da turistificação, enquanto movimento de apropriação e uso de determinados espaços pelo e (para) o turismo, sob a lógica da produção e do consumo, por meio da articulação de diferentes agentes hegemônicos, entre eles, os empresários e o poder público (Fratucci, 2007, 2014).

Segundo Fratucci (2014), o fenômeno da turistificação:

envolve diferentes agentes sociais, resultando no acontecer de um fenômeno socioespacial e na concretização de uma atividade econômica que se coloca como uma das mais dinâmicas da economia global da atualidade, contribuindo para que as ações e políticas públicas e privadas direcionadas para o desenvolvimento do turismo privilegiem tal dimensão econômica do fenômeno, ou seja, a atividade, e deixem de contemplar as outras dimensões que ele também impacta, seja a social, a cultural, a ambiental ou a política (Fratucci, 2014, p. 91).

Políticas que levam em consideração o patrimônio, mas não asseguram este como um recurso de legitimação do sujeito, correm o risco de serem elaboradas a partir de um processo de gentrificação que invisibiliza sujeitos e suas práticas (por vezes de forma violenta). Quando as atividades econômicas criam dinâmicas que se sobrepõem ao patrimônio, segundo Bonduki (2010),

(...) observa-se uma tendência à substituição da população local por forasteiros ou por usos a eles destinados, descaracterizando o tecido social que dá consistência humana ao processo de reabilitação física. Se tal processo avança até contaminar inteiramente o território do núcleo, o resultado é trágico, com a criação de cenários de fachadas sem conteúdo, o que representa uma sentença de morte para o patrimônio urbano vivo e socialmente construído. (Bonduki, 2010, p.286).

Para Leite (2014) a lógica de mercado resulta em um processo de gentrificação a partir do momento em que se reapropria de aspectos tradicionais da cultura presentes previamente no espaço e dificulta a forma de apropriação política desses lugares, que expõe e politizam as diferenças. O CHB acumula projetos que partem de uma implementação de estratégias não democráticas de apropriação do espaço. Concordamos com Silva e Amaral (2019) ao afirmarem:

que a intervenção urbana executada a partir do “Projeto Feliz Lusitânia” instaurou uma ordem de tais níveis, segregando dentro da unidade que queriam produzir discursivamente; para que fosse possível justificar um restaurante altamente segregador, de alto padrão de consumo, e que constitui numa negação de uso e de com o território, há uma grande quantidade de museus, os monumentos tornam-se expositores da “cultura” e da “educação” oficial suturando a identidade; e para que houvesse abertura para todos os “públicos”, deixa-se uma área entre o público e o privado, de camuflado “livre acesso” e altamente controlada-vigiada, a área externa. (Silva & Amaral, 2019, p. 46-47).

Essas pesquisas sobre os espaços requalificados no CHB evidenciam que o uso e apropriação, por parte da população, dos turistas, dos empresários e do Estado, demonstram efeitos concernentes ou não com o planejamento institucional. Isso implica diretamente na maneira como se enxerga o patrimônio, ora o Estado (junto ao capital privado, atualmente) sustenta um discurso de conservação que compõe uma imagem depreciativa do patrimônio – estimulando principalmente a ideia da perda – para agir sob seus próprios métodos, ora o uso e apropriação social do espaço se dá pelo fortalecimento da relação Centro Histórico com a cidade.

As estratégias de requalificação urbana instituídas pelo Estado passaram a ser pontuais nos últimos anos, atualmente parece ser mais vantajoso estabelecer parcerias pública privadas, por meio de concessões de uso, que garantem a propriedade estatal

ao passo que submete a administração, uso e função ao capital e interesse privados. Desconfigurando, assim, o argumento de a preservação do patrimônio atender o interesse coletivo, pois simboliza a identidade sócio-espacial. Logo, foi preciso construir outro argumento. Entendemos que as mudanças referentes à apropriação urbana tencionam esse emergente argumento. Concordando com Trindade Jr. & Amaral (2006):

Daí a necessidade de afirmar que não se vive de maneira generalizada um esvaziamento do centro, como busca propagar os diversos discursos que propõem o seu “embelezamento” e o seu “resgate”; pelo contrário, trata-se sobretudo de se definir novas funcionalidades, novas formas de controle e novos usos demarcados por relações de poder que incluem uma imagem e um novo discurso sobre a cidade a partir de seus centros urbanos principais. (Trindade Jr. & Amaral, 2006, p. 75).

A atual postura de gestão e controle dos espaços patrimonializados submetidos à requalificação tende a reproduzir o discurso do esvaziamento, da insegurança relacionada à circulação/mobilidade e urgente preservação das áreas centrais históricas. Todavia, as estratégias de requalificação têm refletido motivações políticas e privadas/individuais na utilização desses espaços. A concepção e implantação do Projeto Monumenta, de acordo com Bonduki (2010), levou em consideração a avaliação econômica no restauro e reabilitação do patrimônio:

Através da construção de um cenário de avaliação econômica, buscava-se calcular o retorno que poderia ser gerado pelas intervenções. Nesse cálculo, eram incluídos itens como as entradas a cobrar nas visitas às igrejas e monumentos; o aluguel das instalações dos espaços reabilitados, como os mercados públicos reformados e locados para a venda de artesanato; o retorno do financiamento da recuperação dos imóveis privados; a valorização imobiliária nas edificações do centro histórico decorrente das intervenções urbanas etc. A perspectiva era demonstrar que o investimento podia gerar um retorno financeiro ou um impacto capaz de garantir a manutenção futura do patrimônio da cidade (Bonduki, 2010, p. 46).

Os projetos de requalificação no CHB citados anteriormente seguem um modelo tradicional de intervenção em setores marítimos, que se utiliza da frente marítima para potencializar a “vista” como mercadoria e o cotidiano associado ao consumo de bens e serviços envoltos pelo discurso da apropriação do patrimônio reabilitado. É importante frisar que o envolvimento da população local na implementação dos projetos foi quase nulo (Vainer *et. al.*, 2005).

INVISIBILIDADE x VISIBILIDADE

Ao considerar que as políticas de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural brasileiro são marcadas por um modelo colonialista e eurocêntrico, Tolentino (2018)

traz à tona o debate sobre as possibilidades e desafios da adoção de uma Educação Patrimonial pautada pela perspectiva da decolonialidade. O autor discute que a “*ideologia* de uma identidade nacional homogênea e coesa, pautada numa herança europeia e num poderio católico-militar, é o que caracterizou a política preservacionista implantada no Brasil nos anos 1930 e perdurou por várias décadas”.

Essa política patrimonialista está relacionada à lógica da *colonialidade do poder*, que segundo Quijano (2009), refere-se ao padrão de poder que estabeleceu (e mantém) as condições de dominação do sistema vigente (capitalista) nos continentes colonizados, a partir de relações de poder pautadas na *ideia de raça (e hierarquização social)*, subjugando e invisibilizando o *ser* e o *saber* das diferentes culturas à imposição de valores e o controle social (branco, católico, patriarcal, moderno).

No entanto, desde os anos 2000, o campo do patrimônio vem atuando mais efetivamente na perspectiva de romper com a lógica homogeneizadora e eurocêntrica das políticas preservacionistas, ao criar novas estratégias e instrumentos que consideram a diversidade de saberes e fazeres, reconhecendo institucionalmente as referências culturais dos diferentes segmentos sociais brasileiros, a exemplo do *Registro* e dos *Inventários Participativos*. Dessa maneira, Tolentino (2018) argumenta que esses instrumentos sinalizam um *giro decolonial* na forma de conceber e preservar o patrimônio, uma vez que implementam políticas e ações que dão *voz* e *visibilidade* às narrativas, à memória, à experiência, ao conhecimento dos grupos sociais historicamente invisibilizados pelos processos coloniais, modernos e patrimoniais.

CONCEITO de LUGARES, CELEBRAÇÕES e OFÍCIOS

Apoiamo-nos nos conceitos de Lugares, Celebrações e Ofícios estabelecidos no Inventário Nacional de Referências Culturais -INRC- (IPHAN, 2000) para identificar lugares, celebrações e ofícios no bairro Cidade Velha.

Sobre os lugares, caminhamos na esteira de que os lugares são produtos das transformações espaciais empreendidas pela ação humana, principalmente no que tange ao íntimo da formação das sociedades. João Baptista Ferreira de Mello, em “O Triunfo do Lugar Sobre o Espaço”, salienta que “Os espaços dos homens guardam mistérios, dores e desesperanças. Os lugares, o aconchego, o trabalho, as festas, os atritos e as recordações.” (Mello, 2014, p.32), reside nesse entendimento a intenção de

partir dos lugares e seus sujeitos o inventário ao qual este projeto se propõe. Alinhamos-nos também à concepção de Lugares construída pelo INRC:

(...) aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (exemplo: trabalho, comércio, lazer, religião, política, etc.), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculos quanto oficiais. Essa densidade diferenciada quanto a atividades e sentidos abrigados por esses lugares constitui a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas. Do ponto de vista físico, arquitetônico e urbanístico, esses lugares podem ser identificados e delimitados pelos marcos e trajetos desenvolvidos pela população nas atividades que lhes são próprias. Eles podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade. (IPHAN, 2000, p. 32. Grifos do original).

Sobre as celebrações, corroboramos a ideia de que estas incluem:

(...) os principais ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo práticas complexas com suas regras específicas de distribuição de papéis, a preparação e o consumo de comidas, bebidas, a produção de um vestuário específico, a ornamentação de determinados lugares, o uso de objetos especiais, a execução de música, orações, danças, etc. São atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território. (IPHAN, 2000, p. 31).

No que diz respeito aos ofícios, entendemos que estes serão inventariados com base na prática dos sujeitos entrevistados, percebendo as relações sociais e culturais imbricadas na execução desses ofícios, além daqueles que emergem no contexto das celebrações e/ou práticas culturais. Assim, de acordo com o INRC, os ofícios arrolam

(...) atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Este item refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente. (IPHAN, 2000, p. 31).

IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS

Com caráter preliminar, objetivamos identificar grupos de sujeitos que possibilitam traçar relações entre as referências culturais inventariadas, além de tecer representações simbólicas sobre espaços, objetos e práticas acumulados ao longo do tempo. Nessa perspectiva, elencamos: ambulantes; trabalhadores/as dos portos; moradores/as do Beco do Carmo; proprietários/as e trabalhadores/as de bares ou restaurantes.

